



PESQUISA APLICADA EM ESTÁGIO DE ARQUITETURA – PROJETO DE REFORMA DE MORADIA EM RESIDÊNCIA DE INTERESSE SOCIAL

PASTÓRIO, Maria Heloisa.¹

SOUSA, Renata Esser.²

RESUMO

O presente trabalho trata a respeito das questões que implicam na obtenção de um projeto de interesse social de forma justa e de qualidade. A compreensão da arquitetura possibilita o entendimento dos fatores que decorrem para a criação da mesma, e os diversos estilos e categorias que a arquitetura atual se encontra, introduzindo seus conceitos e desafios perante a sociedade e o mundo contemporâneo. Portanto, a presente pesquisa trata da compreensão das possíveis características que uma arquitetura de interesse social de qualidade possa ter. Para realização de tal pesquisa pesquisou-se a respeito da arquitetura de interesse social para compreender seus fatores e qualidades, para poder aplicá-los ao projeto desenvolvido em Estágio Interno de Arquitetura do CAUFAG, e assim compreender quais fatores abordar quando trata-se da produção da arquitetura de interesse social justa e de qualidade dentro dos escritórios de arquitetura, garantindo a qualidade de moradia e a inclusão desses moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Interesse Social, Projeto de Arquitetura, Reforma, Projeto de baixo custo.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do Estágio Interno de Arquitetura desenvolvido no segundo semestre de 2017. Este está atrelado a linha de pesquisa Arquitetura e Urbanismo e ao grupo de pesquisa Estudos e Discussões de Arquitetura e Urbanismo (GUEDAU). O artigo procurou compreender as atividades desenvolvidas em um escritório de arquitetura para atender projeto de interesse social, em residências.

A importância de tal trabalho, justifica-se afim de ser um exercício prático que procura entender a forma que deve ser utilizada para atender as necessidades estéticas, financeiras e funcionais, de clientes com baixa condição aquisitiva, com o intuito de valorizar a habitação, uso de materiais e gosto do morador em projetos de interesse social. Portanto, a questão motivadora de tal pesquisa pode ser formulada pela seguinte pergunta: “Como desenvolver um projeto arquitetônico de interesse social? ”. Partindo da hipótese inicial, supõe-se que se deva buscar soluções de projeto simples que atendam às necessidades funcionais e estéticas dos moradores, possibilitando sua execução.

¹Acadêmica de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Assis Gurgacz, formanda em 2017. Aluna de PICV (Pesquisa de Iniciação Científica Voluntária) do Grupo de Pesquisa GUEDAU – Estudos e Discussões de Arquitetura e Urbanismo, em pesquisa que originou o presente Artigo Científico. E-mail: mariapastorio@gmail.com.

²Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo UEM | UEL, Professora do Centro Universitário FAG e orientadora da presente pesquisa. E-mail: re_esser@hotmail.com.



O objetivo desta pesquisa é compreender de que forma é possível atender projetos arquitetônicos de interesse social. Para atingir tal objetivo, realizou-se os seguintes objetivos específicos:

- I) Realizar pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de habitação de interesse social;
- II) Elencar elementos que cumpram as funções sociais nas habitações;
- III) Aplicar tais parâmetros ao projeto desenvolvido;
- IV) Seminário de avaliação de socialização dos estágios realizados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente capítulo serão abordadas as questões da arquitetura de interesse social, essencialmente em residências, como forma de entender as minúcias que essa arquitetura compreende e como aplica-la em projetos.

2.1 ARQUITETURA DE INTERESSE SOCIAL

De acordo com Bangs (2010, p. 25-32) no início do século XX, após a Primeira Guerra, os arquitetos e designers propuseram-se a encontrar uma nova abordagem para a arquitetura da época, surge assim a Arquitetura Moderna, afim de melhorar o ambiente construído por meio da ciência e tecnologia. Ghirardo (2002, p. 4) afirma que os arquitetos modernos acreditavam piamente que as diferenças sociais, falta de moradia – que surgiram nas cidades no século XIX após a Revolução Industrial, que acarretou acúmulo de gente nas cidades o que evidenciou as deficiências presentes no meio urbano até então (COLIN, 2000 p. 92) – poderiam ser resolvidas com superfícies lisas produzidas à máquina, e com racionalismo estrutural. Dessa forma, as noções de conforto perderam foco, com a extrema racionalização da casa, tratando-a como uma “máquina de morar”. “As casas eram desafiadas a assumir a frieza do Modernismo, com paredes brancas e móveis tubulares de aço, mais se assemelhando aos hospitais” (SCHMID, 2005 p. 10).

Atualmente, a arquitetura se encontra numa natureza consumista e mercadológica, afastada dos reais interesses do fazer arquitetônico. Tem se tornado uma reprodução de imagens por imitação, sem reflexão e originalidade. Esse estado arquitetônico não é irreversível, demanda um trabalho de conscientização e estudo que estão em falta nos cursos



oferecidos (COLIN, 2000, p. 135). Montaner (2009, p. 215) diz que diante do percurso arquitetônico até a contemporaneidade, é gritante a vontade de construir uma sociedade melhor.

Se no início o homem buscou abrigo, hoje ainda a necessidade de voltar a atenção à habitação é essencial, principalmente para aqueles que não podem se dar ao luxo de executar grandes projetos e casas. Para realizar projeto que atendam as mudanças sociais e tecnológicas, a arquitetura precisa parar de reproduzir os padrões tradicionais de soluções de projeto e estudar o contexto físico e climático do local (HERTZ, 1998 p. 3). O autor segue dizendo que a função da construção é atenuar os aspectos negativos e tirar o melhor proveito das condições climáticas oferecidas. Já Jourda (2013, p. 15-9) afirma que a implantação de um novo edifício em um bairro pode mudar sua composição social, uma vez que atrai habitantes ou usuários. Por isso o programa de necessidades deve prever usos e soluções para cada contexto em que se insere, inclusive incentivar a sua adaptação e ampliação a outros usos e gerações futuras.

No âmbito urbanístico, nota-se que, de acordo com Cullen (1971, p. 9), a cidade “[...] é uma unidade geradora de um excedente de bem-estar e de facilidades que leva a maioria das pessoas a preferirem – independente de outras razões – viver em comunidade a viverem isoladas”. Tal fato é explicado por Gonzales et al (1985, p. 119), pôr o ser humano consistir em uma criatura social por essência. As grandes cidades regem o modo de vida de todos os cidadãos, porém, de acordo com Le Corbusier (2000 p. 87), o crescimento das cidades ocorreu de maneira muito mais rápida em proporções muito maiores que o esperado, provocando desequilíbrio nos quesitos industriais, de trânsito, mas principalmente de moradia.

Na falta de alternativas econômicas, sociais, a população apela para seus próprios recursos e produz a moradia como pode, gerando trágicas consequências (MARICATO, 2013, p. 44). Ao desenvolver construções com os próprios recursos e maneiras, a construção produzida carece de noções de conforto, funcionalidade, segurança, além de outros fatores como processos legais.

Segundo Saule (1999) o direito à moradia, deriva do direito de nível de vida adequado ao ser humano, uma vez que implica nas suas liberdades, de escolha, de associação (socialização), segurança, privacidade, higiene ambiental e desfrutar de saúde física e mental. O autor continua afirmando que os conceitos de moradia devem ter como fontes os documentos internacionais vigentes sobre o assunto. A Agenda Habitat, por exemplo,



compreende que o ser humano tem direito à habitação salubre, segura, com proteção, acessibilidade e disposição incluindo infraestrutura básica e direito de posse (SAULE, 1999 p. 109; UNHABITAT, 2003).

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e pronunciada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, artigo 25º:

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (UNIC, 2009 p. 13).

A estruturação do espaço residencial tem sido considerada preocupante. De um lado a habitação é um importante indicador de saúde econômica e social, fonte de empregos, bem de consumo durável à população e uma forma de status, por outro lado, Gonzales et al (1985 p. 74) afirma que as críticas direcionadas ao espaço construído como consequência de ações sociais, chamam a atenção para a necessidade de conhecimento científico do espaço como fator social. De acordo com Abiko (1995 p. 3), para a habitação cumprir suas funções, é necessário além de um espaço confortável, seguro e salubre, que esteja integrado com o entorno. Pedro (2000, p. 9) define a qualidade residencial como sendo uma adaptação da moradia às necessidades de seus moradores. O autor segue afirmando que, a habitação deve também incorporar possibilidade de alteração; permita compatibilização cultural e social que atenda às necessidades dos moradores; possibilidade de inovações e melhorias, estimulando o desenvolvimento.

Silvio Colin (2000 p. 101-2) afirma que, ao projetar um espaço, essencialmente um espaço de habitação social – seja ele coletivo ou individual – o arquiteto tende a salientar as suas próprias necessidades, práticas e ideologias, no projeto em questão, que podem ser muito distintas das necessidades, práticas e ideologias dos usuários. Tais práticas acarretam em vandalização e abandono do local e desconforto para o indivíduo. Se tratando de arquitetura social, Colin (2000 p. 101) aponta que o que apresenta melhores resultados em aproximar o povo e a grande arquitetura, é o desempenho técnico para a realização das obras. Desde as soluções da industrialização, com as construções pré-fabricadas, aos programas de autoconstrução, pesquisa de novos materiais e técnicas que favoreçam a sua utilização nas construções com recursos limitados.



Apesar de ser um direito garantido por normas e documentos legais, a moradia de qualidade é muitas vezes um bem privado para grande parte da população. Bonduki (2004, p. 8) explica esse fenômeno afirmando que o capitalismo tornou a habitação em uma mercadoria, dessa maneira o mercado deve suprir a demanda do consumidor que irá pagar pela moradia, atendendo a condição econômica de cada um. Abiko (1995, p. 4) explica as causas que dificultam ainda mais o processo para as famílias de baixa renda obterem uma habitação adequada estão relacionadas a diversos fatores como escassez de terrenos adequados física e financeiramente, desemprego e redução da renda, valor e qualidade dos materiais para construção, inexistência ou falta de divulgação de políticas públicas que atendam as questões da habitação social.

Quando um morador de renda baixa e instável é negado de adquirir ou alugar uma habitação regular por conta própria, surge a demanda da habitação social. A ONU define habitação social como uma moradia acessível a qual é adequada em qualidade e localização, seu custo não impeça os ocupantes de usufruir outros custos básicos de vida ou que ameace o direito de desfrutar dos direitos humanos (UNHABITAT, 2011 p. 10). Abiko (1995 p. 12) também traz sua definição de habitação social, afirmando que, é uma solução de residência voltada para a população de baixa renda, e pode contemplar os termos “ [...] habitação sub-normal, habitação de interesse social ou habitação social, habitação de baixo custo e habitação para população de baixa renda” (ABIKO, 1995 p. 12).

Colin (2000, p. 100) afirma que os grandes conjuntos habitacionais de interesse social são projetados por arquitetos, mas financiados por órgãos governamentais sociais e não trazem retorno de capital. Sendo assim, o arquiteto tem maior função de apoio e não pode se envolver nos problemas político-financeiros, apenas apresentando as soluções técnicas e estéticas exigidas. Sendo assim, os conceitos de habitação nos revelam que existe carência no cumprimento dos direitos do ser humano referente à moradia salubre e de qualidade, mas existem meios de oferecer a essa população habitações de sociais de maneira que atende as necessidades básicas do cidadão.

3. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e observação sistemática através do método indutivo. A pesquisa bibliográfica foi realizada conforme prega Marconi e



Lakatos (2010, p. 166), que dizem que a pesquisa possibilita a discussão de informações referentes ao tema, essas informações comportam tudo que é tornado público, como textos, imagens, gravações, vídeos, revistas, livros e etc.

Então, com as informações coletadas, através da observação sistemática, respondeu-se o problema da pesquisa por meio do método indutivo. Na observação, não devem ser utilizadas normas rígidas para a solução do problema, pois os elementos em análise podem se encontrar em diferentes situações (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 278). O método indutivo, por sua vez, fundamenta-se em argumentos, uma vez que “o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam” (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 53). Esse método consiste em observar os fatos estudados afim de descobrir seus motivos, descobrir a relação entre eles e classificação – generalização – do resultado.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Neste capítulo realizou-se a análise do projeto desenvolvido no estágio interno de Arquitetura ao longo do segundo semestre de 2017, aplicando os conceitos de arquitetura de interesse social de acordo com os parâmetros que atendem essa arquitetura dispostos na fundamentação teórica.

4.1 ANÁLISE DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DE FACHADA DE INTERESSE SOCIAL

Com base na fundamentação teórica citada anteriormente neste artigo, nota-se definições de projetos de interesse social devem conter. O projeto desenvolvido em disciplina de Estágio Interno de Arquitetura buscou atender as necessidades dos clientes com perfil de interesse social.

Conforme Silvio Colin (2000 p. 101-2), ao projetar um espaço, essencialmente um espaço de habitação social – seja ele coletivo ou individual – o arquiteto tende a salientar as suas próprias necessidades, práticas e ideologias, no projeto em questão, que podem ser muito distintas das necessidades, práticas e ideologias dos usuários. Tais práticas acarretam em



vandalização e abandono do local e desconforto para o indivíduo. A modo de evitar tal prática, optou-se pela entrevista e visita em loco, com a finalidade de conhecer o local e as pessoas que ali residem, afim de compreender as verdadeiras necessidades dos clientes.

A pedidos, os clientes buscavam uma alternativa de revitalização para a fachada da residência, ao mesmo tempo que exigiam programa de necessidades que contemplava criação de acesso exclusivo à residência (que conta apenas com acesso pela entrada de veículos), bem como acesso para a cozinha, sala para guardar equipamentos de trabalho, segundo pavimento com lavanderia e churrasqueira, e ainda a privatização do espaço por meio de muro e portão inexistentes atualmente. Abaixo é possível ver a fachada original da residência, nas figuras 1 e 2.

Figura 1 Fachada original



Fonte: SOUZA, 2017.



Figura 2 Fachada frontal



Fonte: RIBEIRO JUNIOR, 2017.

Pedro (2000, p. 9) define a qualidade residencial como sendo uma adaptação da moradia às necessidades de seus moradores. O autor segue afirmando que, a habitação deve também incorporar possibilidade de alteração; permitir compatibilização cultural e social que atenda às necessidades dos moradores; possibilitar inovações e melhorias, estimulando o desenvolvimento. Sendo assim, o projeto de alteração de fachada e ampliação da residência buscou atender todas as solicitações do programa de necessidades concedido pelos clientes. E tal objetivo foi atingido, de forma que, o projeto ainda abriga a possibilidade de futuras alterações na residência, comportando acesso à futura ampliação do pavimento superior na moradia. A nova proposta pode ser notada nas figuras a seguir.

Figura 3 Proposta de projeto



Fonte: A autora, 2017.



Figura 4 Proposta de projeto



Fonte: A autora, 2017.

Conforme preza a fundamentação, nota-se que a ONU define habitação social como uma moradia acessível a qual é adequada em qualidade e localização, de forma que seu custo não impeça os ocupantes de usufruir outros custos básicos de vida ou que ameace o direito de desfrutar dos direitos humanos (UNHABITAT, 2011, p. 10). Dessa forma, pretendeu-se atingir o objetivo do projeto de arcar com as necessidades dos usuários ao mesmo tempo que buscou a economia de recursos para bem alcança-lo, afim de que, o custo da materialização do projeto não excedesse o capital do cliente, muito menos o privasse da aquisição de qualquer outro direito humano, como afirma a ONU.

De acordo com Abiko (1995 p. 3), para a habitação cumprir suas funções, é necessário além de um espaço confortável, seguro e salubre, que esteja integrado com o entorno. Para tal, buscou-se no projeto não destoar a forma e os materiais utilizados dos que são encontrados na vizinhança, que é também de interesse social, dessa forma, o projeto ainda conversa com o entorno.

Seguindo as palavras de Colin (2000 p. 101) onde ele aponta que o que apresenta melhores resultados em aproximar o povo e a grande arquitetura, é o desempenho técnico para a realização das obras e pesquisa de novos materiais e técnicas que favoreçam a sua utilização nas construções com recursos limitados, os materiais e técnicas construtivas abordadas foram a chave para a economia no projeto. Foi proposto então a utilização bloco de tijolo cerâmico



com estrutura convencional trabalhada in loco, uma vez que a residência atual já possui esperas para essa estrutura e o cliente é um entusiasta da construção. A cobertura do segundo pavimento da churrasqueira é composta de madeiramento comum e telhas de fibrocimento, já que o cliente tem livre acesso a tais materiais pois trabalha com construção civil.

Afim de alcançar ventilação higiênica e conforto térmico na edificação utilizou-se de cobogós na fachada acompanhando a escada que leva ao segundo pavimento. O cobogó é uma solução de vedação que permite a entrada de luz externa indireta e plena circulação de ar, além de ser economicamente viável. A estética da residência ainda conta com detalhes em pastilhas cerâmicas que imitam tijolinho, a pedidos do cliente, e piso de cerâmica ante derrapante em toda área externa.

O projeto ainda conta com muro de vidro e portão, que foram exigências do cliente como um futuro investimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte deste trabalho foi exposta a introdução contida de assunto, tema, problema de pesquisa, justificativa e objetivos geral e específicos.

Entender os conceitos e exigências de construções de interesse social enfatiza a necessidade de um olhar aprofundado sobre a concepção de projetos de interesse social visando bem atender as necessidades dos usuários e clientes de forma justa, respeitando seus interesses, contexto social, econômico, entregando um projeto possível de materialização com qualidade.

Ao responder o problema inicial desta pesquisa: “Como desenvolver um projeto arquitetônico de interesse social?” a hipótese de que “se deva buscar soluções de projeto simples que atendam às necessidades funcionais e estéticas dos moradores, possibilitando sua execução” é verdadeira. Notou-se que com o auxílio de fatores determinantes, como atender as necessidades, crenças, forma de viver do usuário; a possibilidade de adaptação alteração e inovações que permitem melhorias ao local da habitação; respeitar o custo de vida do cliente afim de que a execução do projeto e a vivencia nele não o prive de direitos humanos básicos; a integração com o entorno e a busca por materiais com orçamento e desempenho técnico que



atendam às necessidades financeiras do cliente, com qualidade, foi possível obter um projeto de interesse social de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenia. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EPUSP, 1995. (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP).

BANGS, Herbert. **O retorno da arquitetura sagrada: a razão áurea e o fim do modernismo**. São Paulo: Pensamento, 2010.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

COLIN, Silvio. **Uma introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

GHIRARDO, Diane. **Arquitetura contemporânea: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1971.

HERTZ, John. **Ecotécnicas em arquitetura: como projetar nos trópicos úmidos do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1998.

GONZALES, Suely Franco Netto; HOLANDA, Frederico; FARRET, Ricardo; KOHLSDORF, Maria Elaine. **Espaço da cidade – contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto, 1985.

JOURDA, Françoise-Hélène. **Pequeno manual do projeto sustentável**. 1 ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7 ed. São Paulo, Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MONTANER, Josep Maria. **Sistemas arquitetônicos contemporâneos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009.



PEDRO, João Branco. **Definição e avaliação da qualidade arquitectónica habitacional.** Dissertação (doutorado) – Programa PRAXIS XXI, Laboratório Nacional de Engenharia Civil – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Lisboa – Portugal, 2000.

RIBEIRO JUNIOR, Itamar V. **A autenticidade de um pequeno abrigo no fundo da cidade dos sonhos,** 2017

SAULE N, J. **Direito à cidade: Trilhas legais para o direito as cidades sustentáveis.** São Paulo: Max Limonad, 1999.

SCHMID, Aloísio Leoni. **A ideia de conforto: reflexões sobre o ambiente construído.** Curitiba: Pasto Ambiental, 2005.

SOUZA, Arthur H. S. **Fachada.** 2017

UNHABITAT. **The Habitat Agenda Goals and Principles, Commitments and the Global Plan of Action.** 2003. Disponível em
<http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/habitat_agenda.pdf> acesso em 15 de outubro de 2017.

UNHABITAT. **AFFORDABLE LAND AND HOUSING IN EUROPE AND NORTH AMERICA.** United Nations Human Settlements Programme. 2011.

UNIC. **Declaração Universal dos Direitos Humanos,** 1948. UNIC, Rio, 005 – Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> acesso em: 20 de maio de 2017.